

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO	Valor apurado até o bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	1.062.148.373,09	25	26,54
Liquidadas	1.062.148.373,09		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	-		
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	438.479.497,67	60	90,80
Liquidadas	438.479.497,67		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	-		
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>			
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor apurado até o bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre
Liquidadas	946.413.132,90	12,00	23,65
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	946.413.132,90		
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		-	

FONTE: SIAFEM - 20/07/2017

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do EstadoLUIZ ANTONIO DA ROCHA  
Secretário-Chefe da Controladoria Geral do EstadoPAULO ANTENOR DE OLIVEIRA  
Secretário da FazendaMAURÍCIO PARIZOTTO LOURENÇO  
Superintendente de Controle e Contabilidade Geral  
Contador CRC-TO 001582/OANA LÚCIA ALVES FERREIRA  
Diretora de Responsabilidade Fiscal  
Contadora CRC-TO 001934/OGOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/16 A AGOSTO/17

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/16 A AGOSTO/17	
	LIQUIDADADA (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.992.806.557,64	-
Pessoal Ativo	4.218.825.324,99	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	773.981.232,65	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 de LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.287.730.398,74	-
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	34.608.343,26	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	665.905,23	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	478.474.917,60	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	773.981.232,65	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.705.076.158,90	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	7.371.392.398,70	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	1.047.899,20	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	7.370.344.499,50	-
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VII) = (IIIa + IIIb)	<b>3.705.076.158,90</b>	<b>50,27</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.611.468.804,76	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	3.430.895.364,52	46,55
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	3.250.321.924,28	44,10

Fonte: SIAFEM - 19/09/2017

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, são consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processado, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota²: Não foram consideradas para efeito de limite de pessoal as contribuições patronais referente ao plano de saúde - PLANSAUDE, por não estar abrangido pelo art. 18 LRF, conforme Acórdão TCU nº 894/12.

Nota³ Em razão do crescimento real baixo do PIB Nacional nos últimos 4 trimestres, o prazo estabelecido no art. 23 da LC nº 101/00 será auferido no 3º quadrimestre de 2017, à razão da redução de 1/3 do extrapolado no 1º quadrimestre de 2017 e o excedente até o 2º quadrimestre de 2018, conforme art. 66 da referida lei complementar.

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2017			2017			2018		
1º QUADRIMESTRE		3º QUADRIMESTRE		2º QUADRIMESTRE				
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
49,00	49,31	0,31	0,10	49,21				